
Textos jornalísticos nas aulas de língua portuguesa: experiência com acadêmicos indígenas na FAINDI

Lucimar Luísa Ferreira¹

Resumo: Neste trabalho tratamos do ensino de língua portuguesa, mostrando como os textos jornalísticos podem ser usados nas aulas do curso superior indígena. O objetivo do estudo é discutir como os textos jornalísticos podem ser trabalhados nas aulas de língua portuguesa como segunda língua, visando maior entendimento dos acadêmicos em relação aos diferentes gêneros textuais e seus contextos de produção e circulação. A discussão tem como base uma experiência desenvolvida com graduandos indígenas da Faculdade Indígena Intercultural – Unemat – Barra do Bugres - MT. O estudo é fundamentado em autores que discutem o ensino de língua portuguesa a partir de gêneros textuais que circulam socialmente.

Palavras-Chave: Ensino. Língua Portuguesa. Texto Jornalístico. Acadêmicos Indígenas.

JOURNALISTIC TEXTS IN PORTUGUESE LANGUAGE LESSONS: EXPERIENCE WITH INDIGENOUS STUDENTS AT FAINDI

Abstract: In this study we deal with Portuguese language teaching, to show how journalistic texts can be used in indigenous higher education classes. This study aims to discuss how journalistic texts can be worked in Portuguese language classes as a second language, aiming at a greater understanding of the students in relation to the different textual genres and their contexts of production and circulation. The discussion is based on an experience developed with native students from the Indigenous Intercultural University - Unemat - Barra do Bugres - MT. The study is based on authors who discuss the teaching of Portuguese language from textual genres which circulate socially.

Keywords: Teaching. Portuguese language. Journalistic text. Indigenous Academics.

Introdução

Com o desenvolvimento dos estudos da linguística e avanço das pesquisas nas últimas décadas, o ensino de língua portuguesa tem sido questionado em diversos aspectos. As práticas de ensino de línguas com base na metalinguagem, voltado para o domínio das regras gramaticais, até então comuns em variados níveis de ensino nas escolas, não são mais suficientes, já que a compreensão da língua/linguagem passa a

¹ Possui graduação em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso (1997), mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2000) e Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2013). Atualmente é professora na Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Arte, Discurso e Prática Pedagógica - UFMT/CNPq. Está vinculada, como profa. colaboradora, ao PPGECEII - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino em Contexto Indígena Intercultural - UNEMAT - Barra do Bugres - MT. lucimarluisa@uol.com.br

abarcam principalmente a produção de efeitos de sentido, cujo processo pressupõe uma relação intrínseca entre o linguístico e o extralinguístico. Nessa perspectiva, compreende-se que a língua produz sentido a partir do seu funcionamento, considerando a sua exterioridade social, histórica e ideológica.

Com esse entendimento, o ensino de língua portuguesa, seja como primeira ou segunda língua, adquire um novo significado, necessitando ser reestruturado nas diferentes esferas educacionais, em função dos objetivos a serem alcançados. Uma proposta de ensino de língua portuguesa para ser adequada ao desenvolvimento do sujeito cidadão, capaz de refletir sobre a sua realidade social, precisa possibilitar, no mínimo, situações em que os estudantes possam ler/interpretar e produzir textos, numa posição de autoria².

Nesse sentido, para que os alunos ocupem uma posição autoral, capaz de observar e questionar a sua realidade, o ensino carece ser reformulado no que diz respeito às práticas de leitura e de produção de textos. Numa escola indígena em que o português é a segunda língua, o ensino da leitura e da escrita precisa partir de textos que circulam em situações contextualizadas. Isso porque, o ensino do português, como segunda língua, para alunos indígenas, deve considerar particularidades que ultrapassem os aspectos estritamente linguísticos e transcende às situações e às práticas de uso da oralidade e da escrita no espaço escolar.

Tendo em vista que os povos indígenas têm a oralidade como uma prática cultural e que aos poucos têm suas línguas estudadas e passadas para a forma escrita, a prática de ensino de português como segunda língua precisa abarcar, no seu arcabouço teórico-metodológico, a escrita em uma relação com a oralidade, em práticas significativas, considerando a história de cada povo, com relação ao contato com a língua portuguesa e a história de escrita de sua língua indígena.

Assim, o ensino da língua portuguesa, em um curso de formação de professores indígenas, é necessário propor atividades que possibilitem ao estudante uma compreensão abrangente dos diferentes gêneros em situação de uso nas atividades e práticas sociais. Além disso, o ensino de português, em um curso superior indígena, onde se juntam várias etnias, precisa possibilitar aos acadêmicos espaço para o uso da(s)

² A autoria é compreendida nos termos de Orlandi (1999).

língua(s) indígena(s), tendo em vista o papel da universidade nas políticas de valorização das culturas e fortalecimento das línguas.

Neste texto, discutimos o relato de uma experiência de ensino de língua portuguesa, em uma turma de acadêmicos indígenas, de diversas etnias. A proposta do componente curricular foi trabalhar a leitura e a produção de textos jornalísticos, vários gêneros, contribuindo para uma maior compreensão dos graduandos em relação à segunda língua.

1 Fundamentos teóricos que sustentam as novas práticas no ensino de língua

As pesquisas nas várias áreas da linguística produzem conhecimentos cada vez mais específicos a respeito do funcionamento da língua e sua relação com os fatos e fenômenos sociais. Nesse caso, por mais que os resultados dos estudos estejam longe de chegar, de fato, à sala de aula, impulsionam, de alguma forma, os professores a mudarem suas práticas de ensino na escola. Um dos aspectos importantes dos estudos linguísticos no contexto de ensino de língua portuguesa na sala de aula é o entendimento de que a linguagem humana é dialógica (BAKHTIN, 2011), isto é, pressupõe um outro no processo interlocutivo, sendo desenvolvida através de variados gêneros, criados a partir das necessidades surgidas nos diferentes contextos e domínios discursivos. Com essa perspectiva, a língua é compreendida como atividade de interlocução, através da qual os indivíduos comunicam, agem com intenções, produzindo sentidos filiados a uma memória discursiva. Nesse caso, a língua funciona através de um processo de interlocução, sofrendo a influência do contexto social, histórico e ideológico. Pensando no aspecto da significação, os estudos mostram que a produção de significados na linguagem se relaciona intrinsecamente com a sociedade, a história e suas relações de poder. O sentido não preexiste na linguagem, ele é produzido em condições de produção (ORLANDI, 1999) e contextos sociais específicos.

Através dos estudos, também é possível dizer que as línguas são influenciadas pela cultura, mantendo com esta uma relação intrínseca. As línguas variam na sociedade, no espaço e no tempo, estando sempre em constantes transformações e mudanças. E esses movimentos de variação mantêm uma ligação direta com os fenômenos sociais, fazendo parte de processos históricos mais amplos. Conforme Bagno (2002, p. 71), “já está mais do que comprovado que, do ponto de vista exclusivamente científico, não

existe erro em língua, o que existe é variação e mudança”. Nesse caso, as pesquisas trazem novos olhares e compreensões sobre a variação linguística, compreendendo que a legitimação de uma variante da língua, em detrimento de outras, antes de ser um fenômeno linguístico, é um posicionamento ideológico, fundado no prestígio social de uma classe dominante, cuja base de sustentação é a desigualdade do sistema social.

Todo o desenvolvimento nas diferentes áreas da linguística ajuda teoricamente a pensar a língua como parte de uma dinâmica social, marcada por um posicionamento ideológico, fundado no prestígio de uma classe dominante que determina o que é “certo” e o que é “errado” socialmente. E, nesse caso, as práticas letradas da sociedade contemporânea não deixam de refletir o sistema social, no qual estas se fundam e funcionam, tendo em vista as mudanças culturais e históricas.

Considerando que a educação escolar indígena faz parte de um processo político de manutenção das culturas, línguas e desenvolvimento da cidadania, que transcende a sala de aula, o RCNEI³ orienta a prática de ensino de segunda língua voltada para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à compreensão e à produção de textos. De acordo com o RCNEI, o ensino de língua portuguesa deve ser desenvolvido a partir de textos de circulação social. Textos esses que oferecem exemplo do português usado em práticas sociais de diferentes esferas da sociedade.

Como os alunos indígenas têm como finalidade de aprendizagem do português a relação com as diferentes instâncias ligadas à sociedade envolvente, é justificável o trabalho com textos jornalísticos: notícia, artigo de opinião, reportagem, propaganda, poemas e muitos outros textos que passam a fazer parte de sua vida cotidiana na aldeia e fora dela.

2 O texto jornalístico como objeto de ensino de língua portuguesa

Dentre a infinidade de textos de circulação social (MENEZES, 2003) que poderiam ser usados, os jornalísticos podem ser relevantes objetos de ensino de língua portuguesa como segunda língua em escolas, cursos superiores e projetos indígenas. Primeiro porque oferece um exemplo da língua portuguesa, modalidade padrão, funcionando numa prática social concreta; segundo, porque oferece uma enorme

³ Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.

diversidade de gêneros textuais em circulação; e, terceiro, possibilita, através da suposta imparcialidade, o tratamento de assuntos polêmicos e atuais, a partir de pontos de vista diversos.

De acordo com Noblat (2012, p. 22), “um jornal é ou deveria ser um aparelho de consciência crítica de uma comunidade em um determinado espaço de tempo. Um espelho que reflita com nitidez a dimensão aproximada ou real dessa consciência”. Para o autor, a democracia depende de cidadãos bem informados e o jornal deve ser visto como um serviço público. Assim, “mais do que informações e conhecimentos, o jornal deve transmitir entendimento. Porque é do entendimento que deriva o poder. E, em uma democracia, o poder é dos cidadãos” (NOBLAT, 2012, p. 22). Para Alves Filho (2011), os jornais são veículos de comunicação para o exercício de várias atividades, sendo as duas mais importantes a divulgação de informação e a expressão de opinião. Nos jornais circulam gêneros informativos e opinativos.

Para Faria (2005), o jornal é uma fonte primária de informação que espelha muitos valores e se torna um instrumento importante para o leitor se situar e se inserir na vida social e profissional. De acordo com a autora, como apresenta um conjunto de variados conteúdos, preenche seu papel de objeto de comunicação. Mas, para ela, não é só isso, pois como os pontos de vista costumam ser diferentes, e mesmo conflitantes, o jornal leva o estudante a conhecer diferentes posturas ideológicas frente a um fato, a tomar posições fundamentadas e a aprender a respeitar os diferentes pontos de vistas, necessários no pluralismo de uma sociedade democrática.

Nessa perspectiva, Farias (2005, p. 11) considera “que se a leitura do jornal for bem conduzida, ela prepara leitores experientes e críticos para desempenhar bem seu papel na sociedade”. Para a autora, “na formação geral do estudante, a leitura crítica do jornal aumenta sua cultura e desenvolve suas capacidades intelectuais. Ela também afirma que “como padrão de língua, os bons jornais oferecem, tanto aos professores como aos alunos, uma norma padrão escrita que serve de ponto de referência para a correção na produção de textos”.

Além disso, a autora discute que a leitura do jornal oferece, ainda, um contato direto com o texto autêntico. Por isso,

[...] desenvolve e firma a capacidade de leitura dos alunos; estimula a expressão escrita dos estudantes, que aprendem com o jornal a linguagem da

comunicação para transmitir suas próprias mensagens e informações (FARIAS, 2005, p. 11).

Assim, o trabalho de leitura de jornal e produção de textos jornalísticos com acadêmicos indígenas, pode ser muito produtivo em relação à compreensão da língua portuguesa e do conteúdo das matérias que circulam em diferentes formatos e espaços. Além disso, já que o jornal aborda os assuntos atuais, pode favorecer o interesse dos estudantes, que sempre estão atentos aos fatos de sua época. Por mais que seja em segunda língua, os indígenas procuram compreender os acontecimentos de seu cotidiano, dentro e fora de sua aldeia, e, nesse ponto, o jornal pode favorecer a aprendizagem, trazendo muitos conhecimentos e informações.

3 A leitura/interpretação e a produção de textos jornalísticos

A ideia é levar o jornal para a sala e apresentá-lo aos alunos, mostrando como os textos da esfera jornalística são organizados a partir de objetivos específicos dessa esfera. Nesse ponto, discutir como alguns textos são mais informativos (reportagem e notícias), outros são mais opinativos (artigo de opinião) e outros mais persuasivos (as propagandas). Dentro desse processo, fazer a leitura da primeira página, explicando o que são as manchetes e os assuntos em destaque. Na leitura, observar a diagramação, os tópicos privilegiados nas manchetes e chamadas, informações não verbais, proporções das fotografias etc. Nessa explicação, conversar sobre a relação entre as imagens e os textos escritos. Tratar também das informações gerais que compõem todo jornal: data e local de publicação, grupo editorial, a existência de cadernos, seções especializadas, suplementos, etc. Além disso, fazer uma observação geral sobre o público a que se destina o jornal e o seu espaço de circulação.

Com essa apresentação geral dos jornais aos estudantes, o professor pode propor uma leitura introdutória de textos escolhidos por eles. Vários jornais podem ser espalhados em uma mesa e os alunos (sozinhos, em duplas ou em trios) vão procurar e ler textos que lhes interessam no momento. Esses textos lidos podem, depois, serem expostos por eles numa roda de conversa, propiciando o destaque de aspectos relevantes desse tipo de publicação.

Essa primeira aproximação de leitura, o jornal pode ser usado porque, dependendo da turma, os estudantes nunca tiveram a experiência de manusear um jornal

impresso e ler uma matéria. Nesse caso, o que se pretende é mostrar aos estudantes o que é um jornal, destacando a ideia de que eles podem ler essas matérias, embora a maioria dos textos sejam “difíceis” para leitores do português como segunda língua. Mesmo que os graduandos não tenham história de leitura (Orlandi, 1998) suficiente para a leitura/interpretação de uma determinada matéria, ele pode fazer questionamentos a partir do pouco que compreende daquele assunto. Usando a prática do questionamento, todo aluno pode ler qualquer texto, embora seja “difícil” e ele não consiga entender com profundidade o tema abordado.

Todo esse trabalho introdutório de leitura do jornal, poderá ajudar os estudantes a começar a ler por interesse próprio, fazendo uma leitura crítica (questionadora) dos assuntos que lhes interessam. De acordo com Menezes (2003, p. 9), “ler é uma atividade que exige basicamente as habilidades de fazer perguntas [...], de buscar respostas e saber onde encontrá-las”. Assim, ler é dialogar, no sentido mais amplo da palavra. Nesse sentido, para a autora, o prazer de ler e de fazer perguntas ao texto nasce no aluno, podendo acontecer no decorrer das atividades em sala de aula. Com a compreensão dos textos jornalísticos, os acadêmicos podem começar a procurar e ler outros textos em português, publicados em outros suportes e que circulam em variados espaços, principalmente na internet.

De acordo com Orlandi (1988), todo leitor tem uma história de leitura e é a partir dessa história, que ele interpreta os novos textos. No caso que estamos discutindo, a leitura de jornais na sala de aula, no ensino superior, pode favorecer aos acadêmicos em vários aspectos, pois eles terão a sua história de leitura alargada, podendo melhorar suas compreensões na interpretação de variados textos que leem no seu dia a dia e também no espaço acadêmico, nas várias disciplinas. Isso acontece porque o aluno pode ler fazendo questionamentos sobre os assuntos e os pontos de vista das matérias lidas dentro e fora do ambiente acadêmico.

Para Viana e Silva (2000, p. 83), “não basta incentivar somente o gosto pela leitura, é primordial que se desenvolva nos alunos a capacidade de bem interpretar os textos que leem, num processo que chamaremos de amadurecimento da leitura crítica”. Com a leitura de jornais, o estudante indígena pode desenvolver a interpretação e se tornar mais crítico, pois vai compreender assuntos da atualidade e alargar sua compreensão sobre diferentes temas polêmicos da contemporaneidade. Com o

desenvolvimento de várias leituras, ele vai se tornar mais amadurecido em relação aos variados temas e ao uso de recursos linguísticos próprios da língua portuguesa escrita.

Além do trabalho de produção de leitura, os acadêmicos precisam de produzir textos jornalísticos. No jornal, além de diferentes estratégias de leitura, o professor poderá escolher alguns gêneros (MARCUSCHI, 2010; ANTUNES, 2010) para fazer um estudo mais aprofundado com a turma. O professor poderá escolher artigo de opinião, notícia, reportagem, entrevista etc. Com esses gêneros escolhidos, o professor poderá planejar e desenvolver uma sequência didática (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004), com vistas a proporcionar aos graduandos uma compreensão mais abrangente dos aspectos linguísticos e extralinguísticos dos gêneros em estudo.

A produção escrita de um determinado gênero jornalístico depende de um contato maior dos estudantes com esses textos, dando a eles compreensão da linguagem e da funcionalidade do gênero em uso no contexto social. Antes da produção textual, o trabalho de aprofundamento do gênero é importante para os acadêmicos, já que eles precisam dominar variados aspectos relacionados aos recursos linguísticos da língua portuguesa a serem utilizados, dependendo da finalidade, do suporte de publicação e do espaço de circulação do texto.

Para esse aprofundamento, o professor poderá oferecer aos estudantes variados textos desse gênero em discussão, para serem lidos/interpretados em sala, promovendo apresentações e discussões em forma de plenária. Também o professor poderá propor atividades pontuais que visem maior compreensão de aspectos gramaticais da língua portuguesa mais usados na produção escrita.

Além de tudo que já foi levantado, a produção escrita de um gênero jornalístico, vai sempre fazer parte de um longo processo de leitura e escrita, pois cada texto produzido sempre passará por várias leituras e reescritas por parte do seu autor, com a indicação do professor mediador (LIBÂNEO, 2011), dos outros alunos da sala e dos leitores previstos na proposta de publicação. A possibilidade de leitura do texto por diferentes atores sociais e em diferentes situações, pode ajudar os acadêmicos na compreensão da importância da revisão dos diferentes aspectos linguísticos e gramaticais do texto, adequando-o à língua padrão, esperada pelos leitores daquele gênero.

O texto poderá ser produzido em várias versões, garantindo distanciamento em relação à noção de erro (BAGNO, 2002) e favorecendo a espontaneidade dos estudantes

no momento da sua produção. Sabendo que o texto terá outras versões e revisão da escrita, os acadêmicos se sentirão mais à vontade para escrever o que sabem e compreendem sobre os assuntos, mesmo que ainda tenham dúvidas sobre aspectos linguísticos necessários ao gênero. A produção das versões de cada texto vai ajudando os alunos a usarem corretamente aspectos linguísticos específicos do gênero produzido.

Assim, na produção e revisão dos textos, os estudantes vão compreender o uso da variante padrão da língua portuguesa. A revisão dos textos terá um significado real para os acadêmicos, ou seja, os textos serão corrigidos porque vão circular e ser lidos por muitas pessoas de uma determinada esfera social. Os acadêmicos corrigirão os textos e aprenderão as regras gramaticais, pois entenderão as regras da escrita do português numa situação de funcionamento da língua, em um contexto de uso social específico.

4. Apresentação da experiência de ensino de língua portuguesa através de textos jornalísticos

A experiência de ensino de língua portuguesa como segunda língua, através de textos jornalístico aconteceu em 2015, por meio do componente curricular “Leitura e produção de texto”⁴ que foi ministrado a uma turma do curso⁵ de “Línguas, Artes e Literatura”, na Faindi (Faculdade Indígena Intercultural), da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, *Campus* Universitário Dep. Estadual Renê Barbour - Barra do Bugres – MT. O objetivo principal da disciplina foi possibilitar ao graduando o desenvolvimento de habilidades de leitura/interpretação e produção de textos da esfera jornalística, capacitando-o para o uso da língua portuguesa no seu cotidiano dentro e fora da aldeia. Além do objetivo principal, alguns objetivos específicos também foram traçados: 1) ler jornais identificando os seus pontos de vista, numa relação com os efeitos de imparcialidade da linguagem jornalística; 2) produzir análise comparativa de

⁴ Esse Componente Curricular contou com a participação de Karin Juruna, na função de professor auxiliar.

⁵ Esse curso é oferecido pela Unemat, através da Faculdade Intercultural Indígena – FAINDI, no *Campus* Deputado Estadual Renê Barbour, Barra do Bugres – Mato Grosso. Essa licenciatura é resultado de um processo de formação de professores indígenas, que vem sendo oferecido pela Unemat – MT desde 2001. Como a Faculdade precisa considerar a formação dos professores em serviço, os cursos de graduação são ofertados em Etapas Intensivas (janeiro, fevereiro e julho) e Intermediárias (outros meses do ano). A graduação tem um currículo flexibilizado, construído a partir das necessidades das comunidades e escolas indígenas.

jornais, 3) reconhecer a organização geral de um jornal; 4) produzir e revisar textos jornalísticos, observando os aspectos gramaticais e as especificidades da linguagem em cada gênero; 5) organizar um jornal escrito, considerando aspectos formais e de diagramação.

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, a metodologia adotada na disciplina foi baseada na relação entre teoria e prática. O trabalho foi desenvolvido a partir de reflexões teóricas, debates, leituras e práticas de produção e revisão de textos. No desenvolvimento do trabalho foram feitas discussões, tendo como objetivo a reflexão sobre o texto jornalístico e a sua função social. Além disso, foi discutida a organização dos jornais impressos de circulação regional e nacional. A respeito da primeira página, foi observado como os jornais produzem e organizam os assuntos de destaque e as manchetes. Em relação à organização, foi discutido que a divisão dos jornais em seções, cadernos e suplementos, além de facilitar a escolha dos assuntos por parte do leitor, indica movimentos de interpretação do jornal, que destaca certos assuntos em detrimento de outros.

Ainda foi comentado que, embora sob o efeito de imparcialidade, cada jornal destaca e hierarquiza as informações, a partir de pontos de vista determinados pela posição ideológica da instituição jornalística, que nunca é neutra ou imparcial. Assim, na discussão ficou compreendido que, embora os jornais sejam produzidos sob o efeito da objetividade e imparcialidade, sempre apresentam pontos de vista a respeito das temáticas e assuntos abordados. Esses pontos de vista podem ser observados em todos os textos, através da materialidade da linguagem verbal e não verbal das matérias, formatos de diagramação, manchetes em destaque etc.

Como exemplo desse aspecto foi lida uma matéria de capa do jornal “Brasil de Fato”, de 18 a 24 de dezembro de 2014. A matéria, que destaca a luta do povo Munduruku contra a instalação de hidrelétricas no rio Tapajós, foi discutida com a turma, observando os efeitos de sentido. Apresentando os motivos da preservação do espaço físico que garante a sobrevivência do povo, a partir da memória dos ancestrais, a reportagem promove a produção de um efeito de singularidade e de relevância para a cultura Munduruku. Através do seu título “A batalha pela fronteira Munduruku” e da foto de uma menina (com trajes tradicionais) estampada na primeira página, ocupando quase todo o espaço da capa do jornal, a matéria dá força para o sentido de manutenção da cultura. Nesse caso, ao destacar os Munduruku, em um momento de luta travada com

instâncias governamentais, o jornal mostra o seu ponto de vista em relação aos problemas vivenciados por esse povo na atualidade. Os debates foram ricos e de profundas reflexões sobre os povos indígenas na contemporaneidade no Brasil.

A atividade proposta na sequência foi a leitura de matérias com temáticas indígenas em publicações *online*. Os alunos foram para o laboratório de informática e tiveram um momento para navegar em sites diversos que publicam matérias sobre indígenas. Nessa atividade de leitura livre, os acadêmicos encontraram diferentes textos sobre os indígenas em circulação na internet. Acessaram sites de jornais conhecidos e diferentes *blogs* de autores indígenas e não indígenas. Com essa atividade, os alunos descobriram que há uma imensa quantidade de textos jornalísticos que tratam da temática indígena, circulando na rede mundial de computadores. Na discussão, refletiu-se sobre a suposta imparcialidade dos jornais a respeito dos temas tratados, correlacionando a materialidade linguística com o extralinguístico.

Na continuidade, foi proposta aos alunos a produção escrita e a revisão de notícias sobre diferentes fatos acontecidos recentemente nas suas comunidades e no início do Curso de Licenciatura Indígena. Nessa atividade, primeiramente foi explicada a estrutura da notícia, destacando os elementos fundamentais: o quê, onde, com quem, quando, como e por quê. Algumas notícias foram lidas e explicadas como exemplo. Com essa introdução, cada aluno buscou o tema, pesquisou sobre o assunto, escreveu e revisou a sua notícia.

As notícias foram apresentadas por cada cursista, em forma de jornal de tevê. Nessa atividade, os alunos treinaram a leitura de suas notícias e apresentaram um jornal televisivo na sala, que foi filmado através de câmeras de celulares. O jornal de tevê foi apresentado em dupla e os alunos perceberam o quanto é trabalhoso a apresentação de um jornal de tevê. Para facilitar a leitura dos apresentadores, as manchetes foram escritas no quadro da sala, na sequência que deveriam ser lidas. A filmagem garantiu a motivação para o treino da leitura oral.

No final dessa atividade, foi proposta a montagem de um jornal da turma, a partir dos textos produzidos no decorrer da semana. Os títulos para o jornal foram levantados em uma discussão na sala. A escolha do título foi feita a partir de sugestões anotadas no quadro e, depois, colocadas em votação. Antes dessa votação, cada aluno que sugeriu um título fez sua defesa. O título eleito pela turma foi “Indígenas em Foco”.

Já tendo o título do jornal, a outra atividade encaminhada foi a produção (em grupo) de outros gêneros textuais da esfera jornalista para compor o jornal impresso da turma: editorial, reportagem, entrevista, artigo de opinião e propaganda. Os alunos foram divididos em grupos e cada grupo ficou com um gênero. Os grupos receberam um material básico sobre o gênero, com definição e textos-modelo a ser produzido. Nessa atividade, os acadêmicos buscaram informações sobre os temas, pesquisaram, tiraram fotografias e fizeram entrevistas com pessoas que podiam fornecer informações sobre os diferentes assuntos. Produziram e revisaram os textos. A revisão foi realizada pelos acadêmicos, através das indicações e acompanhamento dos professores. A revisão contemplou os diferentes aspectos linguísticos e gramaticais dos textos: vocabulário, pontuação, acentuação, ortografia, tempo e modo verbal etc.

Depois da produção coletiva dos textos, passou-se para a montagem do jornal. Antes dessa montagem, as manchetes e a matéria de destaque eleitas foram escolhidas através de votação. A matéria de destaque foi “O povo Chiquitano sofre opressão de fazendeiro” e as manchetes foram “Acidente de barco no rio Xingu deixa mulher ferida gravemente”, “A saúde do povo do Xingu pede socorro”, “Encontro da 1ª Etapa Intermediária do Curso Licenciatura Intercultural”, “Assassinato sem punição na aldeia Karajá”.

A formatação do jornal foi o trabalho de um grupo eleito para esse fim. O grupo teve a função de criar a primeira página a partir da matéria de destaque, organizar as manchetes e propor a forma de diagramação. Os textos foram digitados, impressos, recortados conforme a diagramação e colados em folhas de papel pardo. Após a produção final, o jornal foi fotografado, impresso e entregue uma cópia para cada acadêmico levar para a sua escola e comunidade.

5. Discussão da experiência

A partir de todos os aspectos discutidos, é possível afirmar que os textos jornalísticos tornam-se materiais de grande valor nas atividades de leitura/interpretação e produção escrita nas aulas de língua portuguesa no ensino superior indígena, já que podem funcionar como uma ponte entre os conteúdos do currículo e as práticas letradas mais conhecidas dos acadêmicos. De acordo com Brandão (2011, p. 17),

Para que se operem transformações na relação ensino-aprendizagem, necessário se faz um redimensionamento na forma de trabalhar a linguagem. Hoje é quase consensual que esse trabalho deve estar centrado no texto. Desde a década de 1980, todo um trabalho vem sendo feito nesse sentido, não só em termos de capacitação, de treinamento dos professores, mas um conjunto de obras propondo mudanças, relatando e discutindo experiências, vem sendo publicado.

Com base na experiência desenvolvida, observamos que o trabalho com textos jornalísticos foi muito bem aproveitado pelos acadêmicos e o retorno deles foi indicador de que é necessário desenvolver um ensino significativo culturalmente dentro do curso de formação superior indígena. Nas atividades, por mais que não dominassem os gêneros textuais (notícia, artigo de opinião, entrevistas etc.), a partir das leituras dos jornais e do treino oral na apresentação de jornal televisivo, os graduandos foram compondo e revisando os seus textos escritos.

A composição do jornal escrito representou para os cursistas um encadeamento importante na leitura/interpretação e produção de textos em uma posição de autoria. Os acadêmicos não produziram e corrigiram os textos apenas para entregar para o professor atribuir nota. Eles produziram textos orais e escritos, com filiação ao discurso jornalístico, na posição de autores, cujo efeito principal é a unidade e o fecho nos textos. No exercício de noticiário de tevê, os graduandos fizeram composições próprias, mostrando estilo e compreensão do discurso jornalístico.

Nesse sentido, podemos afirmar que o ensino de língua portuguesa como segunda língua em uma turma de cursistas indígenas precisa ser pensado considerando, além dos diversos fatores de ordem social, cultural e política, que fazem parte da educação escolar indígena, o enfoque que se quer dar às questões linguísticas, no sentido do desenvolvimento da autoria.

Para Antunes (2007),

o uso de determinada língua constitui mais que um fato isolado. É mais que um fato especificamente linguístico, vocal ou gráfico. É mais que um exercício prático de emissão de sinais. É um ato humano, social, político, histórico, ideológico, que tem consequências, que tem repercussões na vida de todas as pessoas. É um fato pelo qual passa a história de todos, o sentido de tudo.

Nessa perspectiva, o ensino de português como segunda língua, para cumprir o seu objetivo no contexto da formação de acadêmicos indígenas, necessita oferecer a eles

o entendimento da língua em funcionamento e produzindo sentido, no cotidiano, em práticas sociais letradas concretas. E, mais do que isso, o ensino precisa contribuir para que o graduando possa se subjetivar e produzir gesto de interpretação em língua portuguesa, fazendo significar seus conhecimentos e suas práticas culturais específicas.

Considerações finais

De acordo com o que foi tratado, o ensino de português para acadêmicos indígenas da Licenciatura, ultrapassa a fronteira do linguístico e do uso pragmático da segunda língua e adquire um caráter específico, no processo de interpretação e ocupação de uma posição de autoria indígena, enquanto sujeito que é parte de uma comunidade e de uma sociedade, que se estrutura e se mantém através das relações de poder. Isso porque só através de atividades que possibilitem a produção de gestos de interpretação e autoria, o estudante indígena poderá compreender o funcionamento da segunda língua, tendo em vista o espaço social que a língua portuguesa ocupa na sociedade.

Dentre as questões tratadas, o que ainda é importante destacar é que no ensino de português como segunda língua para estudantes indígenas, a estrutura gramatical não pode ser a base principal dos conteúdos, já que o fundamental no ensino de uma segunda língua é o seu funcionamento, em relação à produção dos sentidos. Ninguém nega a relevância do trabalho com os aspectos gramaticais na produção da escrita do português padrão na escola e na Universidade, mas esses aspectos precisam estar compondo uma atividade significativa de uma esfera social, para que o aluno ou graduando tenha espaço para interpretar e produzir textos. Com o jornal, a língua portuguesa escrita e oral foi trabalhada, dando oportunidade para o graduando desenvolver diferentes habilidades relacionadas à compreensão do funcionamento da língua portuguesa falada e escrita e seus contextos sociais e usos cotidianos.

Referências

- ALVES FILHO, Francisco. **Gêneros jornalísticos**: notícias e cartas de leitor no Ensino Fundamental. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Trabalhando com... na escola)
- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Párobola Editorial, 2007 (Estratégia de Ensino; 5).

- _____. **Análises de textos: fundamentos e prática.** São Paulo: Parábola, 2010.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Parábola, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso.** In: BAKHTIN Mikhail. (1979). **Estética da criação verbal.** Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. (Coord.) **Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Aprender e ensinar com textos, v. 5)
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA E DO DESPORTO. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC, 1998.
- FARIA, Maria A. de Oliveira. **Como usar o jornal na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2005 (Repensando o ensino).
- LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente.** 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época; v. 2)
- MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentidos.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MENEZES, Gilda; et al. **Como usar outras linguagens na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2003.
- NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário.** 8 ed. São Paulo: Contexto, 2012. (Coleção Comunicação)
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 1999.
- _____. (Org.). **A leitura e os leitores.** Campinas, SP: Pontes, 1998
- SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim e Colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola.** Trad. e Org. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado de Letras, 2004. (As faces da linguística aplicada).
- VIANA, Fernando Valeriano; SILVA, Ynaray Joana da. O jornal e a prática pedagógica. In: Chiappini, Lígia. **Aprender e ensinar com textos.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.